

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ, DO DIA 24 DE
FEVEREIRO DE 2021**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, às nove horas, por videoconferência, reuniu-se o Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, em reunião extraordinária, sob a presidência do Reitor Odacir Antonio Zanatta, com a presença dos seguintes conselheiros: Ana Claudia Radis, André Dalla Possa (substituto de Sônia Regina Fernandes), Cleverton Vicentinni, Conrado Lara, Dayane Gomes, Frederick Nazário, Iara Aquino Henn, Irineu Mario Colombo, José Barbosa Dias Junior, Marcella Baziuk, Marcelo Estevam, Marcelo Mazzetto, Luciano Rosa Lima, Luiz Paulo Mascarenhas (substituto de Sandra Ferreira), Mateus Das Neves Gomes, Patricia Teixeira, Paulo Yamamoto, Rafael Poltronieri, Reinaldo Benedito Nishikawa (substituto de Vanessa Vogt), Rodolfo Fiorucci, Rosangela Gonçalves (substituta de Nilton Brandão) e Silvana Aparecida Marcondi. Justificaram ausência: Hian Brasil, Iara Regina Azevedo, Nilton Brandão, Raquel Oliveira Nascimento, Renato Teixeira, Rosana Veroneze, Sônia Regina Fernandes, Tais Carvalho dos Santos e Vanessa Vogt. Ausência injustificada: Edison Luis Biscaia. Como convidados participaram: Amarildo Magalhães, Claudia Dell'Agnolo Petry, Gisleine Bovolim e Karina Bonilaure. Como Tradutores e Intérpretes de Linguagem de Sinais, participaram: Elizete Forcadell, Juliana Richter e Sarah Hilgemberg. A reunião foi secretariada por Danniel Antonietto Chagas e Simone Block Samulewski, da Secretaria dos Órgãos Colegiados. O presidente iniciou a reunião dando as boas-vindas a todos. No **Expediente, "Informes Gerais"**, o presidente informou as ausências justificadas. Na **Ordem do dia, item 1, "Proposta de homologação da Resolução ad referendum no 02/2021, que alterou a Resolução no 24/2017, e atualizou a indicação dos representantes da Sociedade Civil / Entidades dos Trabalhadores: Sr. Luciano Rosa Lima (titular) e Sr. Damião Janiedson de Lima (suplente); Processo: 23411.004800/2015-58"**, o conselheiro relator Marcelo Mazzetto apresentou parecer favorável à proposta apresentada. Sem manifestações, o presidente colocou a matéria em votação, sendo aprovada por unanimidade. Antes de iniciar o relato referente ao item 2, o presidente invocou o artigo 18 do Regimento deste Conselho Superior, para propor aos

34 Conselheiros(as) a participação do Pró-Reitor de Ensino, Amarildo Magalhães e da Pró-
35 Reitora de Gestão de Pessoas, Karina Bonilaure, para uma breve apresentação e posterior
36 esclarecimento de dúvidas. A proposta foi colocada em apreciação, sendo aprovada por
37 unanimidade. Amarildo Magalhães apresentou um breve histórico a respeito da situação da
38 rede com pandemia, as possibilidades para as práticas educacionais e legislações
39 pertinentes, bem como as situações/condições dos *Campi*. Informou que alguns Campi
40 iniciariam suas atividades do ano letivo 2021 no mês de março, destacando que o mesmo
41 não está coberto pela Lei 14.040/2020. Diante disso, a Pró-Reitoria de Ensino decidiu por
42 construir nesse momento uma alternativa/normativa sucinta que pudesse dar conta da
43 situação, em vista do agravamento da situação sanitária bem como a submissão às
44 normativas do Ministério da Educação. Comentou que a proposta da Resolução traz um
45 regramento geral e as diretrizes para que os *Campi* que irão iniciar suas atividades no mês
46 de março possam exercer ainda de forma não presencial, e com um regramento mínimo
47 que assegure o funcionamento das atividades pedagógicas dentro da legalidade. A Pró-
48 Reitora de Gestão de Pessoas e presidente da Comissão de Acompanhamento e Controle
49 da Covid-19 no IFPR, Karina Bonilaure, falou sobre o último comunicado da Comissão, que
50 trata das atividades presenciais/ não presenciais nos meses de janeiro a março. Comentou
51 sobre os trabalhos da Comissão, sobre os índices da pandemia até a presente data e sobre
52 as medidas de proteção à comunidade. Por fim, falou sobre os estudos para o próximo
53 comunicado da Comissão, que deverá contemplar os índices e tratar também da questão
54 da vacinação. Não havendo manifestações, o presidente agradeceu a presença dos
55 convidados e deu encaminhamento à reunião. No **item 2, “Processo 23411.000982/2021-**
56 **36, relativo à substituição de atividades presenciais referentes ao ano letivo 2021 por**
57 **atividades não presenciais, no período de 01 a 31 de março de 2021”**, o conselheiro
58 relator Mateus das Neves Gomes apresentou parecer favorável à proposta apresentada,
59 com sugestões e observações presentes em seu relato. Sem manifestações, o presidente
60 colocou a matéria em votação, sendo aprovada por unanimidade. Antes de iniciar o relato
61 referente ao item 3 da pauta, o presidente invocou novamente o artigo 18 do Regimento
62 deste Conselho, para propor a participação da Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, Karina
63 Bonilaure, e das servidoras Gisleine Bovolim e Claudia Dell’Agnolo Petry, membros do
64 Grupo de Trabalho responsável pela revisão e alteração da Resolução 51/2017, para
65 apresentação sobre o tema e posterior esclarecimento de dúvidas. A proposta foi colocada

66 em apreciação, sendo aprovada por unanimidade. Gisleine Bovolim, presidente do referido
67 Grupo de Trabalho, fez uma apresentação a respeito da realização dos trabalhos da equipe
68 até a fase de elaboração da minuta. A Conselheira Iara Aquino fez a leitura de uma carta
69 com algumas reivindicações enviadas por alguns servidores do Campus Palmas, com as
70 seguintes solicitações: a) a intervenção do Consup para que o edital de afastamento seja
71 publicado até março/2021, com a divulgação dos resultados até abril/2021; b) que o
72 arredondamento para fins de definição do número de vagas ocorra para cima; e, c) que haja
73 possibilidade de remanejamento de vagas entre os *Campi* que não tiverem candidatos
74 inscritos em número maior ou igual ao de vagas ofertadas e os *Campi* com maior número
75 de servidores inscritos. Reinaldo Nishikawa questionou a respeito do artigo 7º e 15º, em
76 relação aos servidores que se afastaram por motivos particulares, e terão que aguardar o
77 período de 4 anos para requerer o afastamento integral para cursos de pós-graduação.
78 Questionou também o artigo 16º, a respeito do indeferimento do pedido de afastamento
79 para o docente que não possa ter suas atividades remanejadas para outros professores
80 efetivos ou substitutos. Patricia Teixeira comentou sobre suas cobranças em relação à
81 publicação de um edital em 2020, falou sobre a importância da qualificação dos servidores
82 e sobre as dificuldades de relacionamento com a Progepe. Questionou a razoabilidade da
83 publicação do edital no mês de junho/2021, sendo finalizado apenas em setembro/2021.
84 Sugeriu que os editais sejam distintos para cada carreira, e que sua publicação seja de
85 fluxo contínuo. José Barbosa comentou que algumas dessas questões apresentadas já
86 estão abordadas em seu relato. Karina Bonilaure comentou que reconhece o papel da
87 Progepe em relação aos servidores, e falou sobre os desejos de maior abertura e
88 transparência para que seus direitos sejam contemplados. Comentou sobre os diálogos e
89 as implicações a respeito do processo, e sobre as dificuldades e a falta de contratações de
90 novos servidores. Gisleine Bovolim comentou sobre o artigo 16º, explicando que a
91 comissão pensou em priorizar as aulas para que não haja prejuízo aos alunos. Falou que
92 o fluxo contínuo já está sendo estudado pela Progepe, e sobre as dificuldades de separar
93 os editais devido à escassez de servidores. Comentou ainda, que se houver autorização
94 para elaboração de um único edital para professores e técnicos, não vê motivos para
95 desmembrar os editais, apenas se houver algum impedimento para contratação. Claudia
96 Petry reforçou as discussões da comissão a respeito do artigo 16º, e sobre as dificuldades
97 em relação à falta de substitutos que possam cobrir o servidor docente afastado, sem

98 prejuízo aos alunos. Karina Bonilaure lembrou que a mesma lógica se aplica aos técnicos
99 administrativos, que podem vir a ter seu afastamento inviabilizado, tendo em vista a
100 carência de servidores. Comentou que estão no aguardo da autorização para contratação
101 de novos substitutos, e que o desejo da Progepe é que todos possam ter condições de
102 solicitar seus afastamentos. Em relação aos artigos 7º e 15º, Gisleine Bovolim comentou
103 que a questão está prevista na Lei 8.112/90, e que deverá ser cumprida. Karina Bonilaure
104 ressaltou que o desejo da Progepe é a publicação dos editais independentemente da
105 contratação de novos substitutos, e que foi acordado com a Proplan a publicação do edital
106 na expectativa da autorização das novas despesas para 2021, com a possibilidade de
107 liberação de docentes nesse contexto. Silvana Marcondi questionou se o desmembramento
108 dos editais ocorrerá apenas com autorização do Codir. Gisleine respondeu que a questão
109 já foi levantada e aprovada no Codir, e que com a Resolução aprovada, não há motivos
110 para o desmembramento. Sem mais manifestações, o presidente agradeceu a presença
111 das convidadas e deu prosseguimento à reunião. No **item 3, “Processo**
112 **23411.020495/2019-75, referente às Normas Gerais de Afastamento Integral, no Brasil**
113 **ou no Exterior, para participação de Professor do Ensino Básico, Técnico e**
114 **Tecnológico e de Técnico Administrativo em Educação, do Instituto Federal do**
115 **Paraná, em programa de pós-graduação stricto sensu, pós-doutorado, e estágio**
116 **vinculado à programa de pós-graduação stricto sensu ou pós-doutorado”,** o
117 conselheiro relator José Barbosa Dias Junior apresentou parecer favorável à proposta
118 apresentada, com sugestões e observações presentes em seu relato. Patricia Teixeira falou
119 sobre a falta de publicação de um edital em 2020, bem como sobre a questão de desvincular
120 o edital para técnicos e para docentes, devido à falta de contratação destes últimos, para
121 que não haja mais prejuízos à categoria dos técnicos administrativos. Cleverton Vicentini
122 falou sobre a questão do fluxo contínuo, para fins de ajustes e conformidade em relação
123 aos programas e à instituição que o candidato pleiteia sua vaga. Iara Aquino reforçou as
124 reivindicações do grupo de servidores do Campus Palmas. Paulo Yamamoto falou sobre as
125 alterações e restrições orçamentárias por conta da pandemia, e sobre a Lei Complementar
126 173/2020, que proibiu a nova contratação de novos servidores, exceto em casos de
127 vacância. Comentou sobre a questão dos indicadores, falando sobre as mudanças na
128 questão orçamentária pelo governo federal, como a questão da PEC emergencial, e as
129 propostas de orçamento desmembrado entre a LOA e o orçamento condicionado, que

130 acabam afetando o planejamento da instituição. Patricia Teixeira ressaltou que o fato de os
131 servidores participarem de um edital não significa que serão contemplados com o
132 afastamento, bem como que o fato de os editais serem publicados semestralmente, não
133 significa que haverá orçamento. Comentou que o fluxo contínuo não impede que a gestão
134 de vagas seja realizada pela Progepe e pelas unidades, bem como que o fato de haver ou
135 não orçamento não pode impedir a solicitação do servidor. Ana Claudia Radis sugeriu ao
136 relator que incluía uma limitação de pontuação nos itens constantes no anexo I, salvo o item
137 que trata do tempo de serviço. O presidente comentou que a própria comissão se colocou
138 à disposição a fazer a avaliação da questão do fluxo contínuo, que a reitoria passará por
139 várias reformulações para atendimento à Portaria 246/2016 e aos *Campi*, e que haverá uma
140 reestruturação de todos os processos. O relator comentou que mantém a solicitação do
141 fluxo contínuo, por entender que se trata de um anseio da comunidade, e que atenderá as
142 solicitações e manifestações advindas dos servidores. Marcelo Mazzetto falou sobre a
143 preocupação da questão trazida por Ana Radis nesse momento, pois a limitação poderá
144 favorecer alguns servidores e deixar outros em desvantagem numérica. O relator José
145 Barbosa comentou que poderá encaminhar a questão trazida por Ana Radis à comissão,
146 para avaliação de viabilidade da proposta. Falou também sobre a questão de licença saúde
147 trazida pelo item 4 do Anexo I, em relação à média de aulas no período, informando que
148 também encaminhará à comissão para análise. Sem mais manifestações, o presidente
149 colocou a matéria em votação, sendo aprovada por unanimidade. Na **“Comunicação dos**
150 **Conselheiros”**, Cleverton Vicentini trouxe uma solicitação de um grupo de docentes que
151 pleiteiam dedicação exclusiva, solicitando apoio da Progepe e dos colegas conselheiros,
152 visto que o assunto será pauta da reunião do Colégio de Dirigentes e que estão no aguardo
153 de um retorno. Iara Aquino reforçou a solicitação do Conselheiro Cleverton. Patricia Teixeira
154 ressaltou os trabalhos e os esforços dos servidores com recursos próprios, falou sobre os
155 enfrentamentos em relação à pandemia e a saúde mental dos servidores, destacou que
156 não se trata de servidores “pedintes” ou de benefícios, e que o que se requer é o básico
157 em relação aos direitos e deveres dos servidores, para que sejamos trabalhadoras(es) mais
158 qualificados. José Barbosa reforçou a solicitação citada pelo Conselheiro Cleverton,
159 comentou que como representante docente já vem conversando há um tempo com o Reitor
160 a respeito do tema, e falou sobre o unir forças para a mudança de nível e maior qualidade
161 aos docentes. Rodolfo Fiorucci falou sobre a importância da qualificação dos servidores e

162 reiterou a preocupação com os docentes que buscam a mudança de nível para dedicação
163 exclusiva. O presidente comentou sobre os casos de Covid-19 no IFPR, e falou que sobre
164 a questão da mudança de regime dos docentes. Informou o Conselheiro José Barbosa tem
165 trazido a questão com frequência, e falou sobre a situação dos códigos e vaga e do banco
166 equivalente de professores. Comentou que até o momento o banco equivalente estava
167 negativo, que com a nomeação do concurso público o banco tornou-se positivo, e que
168 trabalharão juntamente com a Progepe para levar em consideração os aspectos de
169 atendimento à gestão e o critério de antiguidade, até atingir a pontuação disponível no
170 momento. Pontuou que na medida em que ocorrerem mais nomeações e a pontuação for
171 aumentando, ocorrerão as próximas alterações, pelo critério de antiguidade. Finalizada a
172 pauta e sem mais informes, o presidente agradeceu a presença de todos e declarou
173 encerrada a reunião às doze horas e quarenta minutos, da qual eu, Simone Block
174 Samulewski, da Secretaria dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que depois de
175 aprovada será assinada pelo presidente e demais presentes.

176
177 Odacir Zanatta
178 Ana Claudia Radis
179 André Dalla Possa (substituto de Sônia Regina Fernandes)
180 Cleverton Vicentinni
181 Conrado Lara
182 Dayane Gomes
183 Frederick Nazário
184 Iara Aquino Henn
185 Irineu Mario Colombo
186 José Barbosa Dias Junior
187 Marcella Baziuk
188 Marcelo Estevam
189 Marcelo Mazzetto
190 Luciano Rosa Lima
191 Luiz Paulo Mascarenhas (substituto de Sandra Ferreira)
192 Mateus Das Neves Gomes
193 Patricia Teixeira

- 194 Paulo Yamamoto
- 195 Rafael Poltronieri
- 196 Reinaldo Benedito Nishikawa (substituto de Vanessa Vogt)
- 197 Rodolfo Fiorucci
- 198 Rosangela Gonçalves (substituta de Nilton Brandão)
- 199 Silvana Aparecida Marcondi

Ata enviada via e-mail aos Conselheiros na data de 17/03/2021, e homologada na reunião ordinária de 24/03/2021.

Danniel Antonietto Chagas
Secretaria dos Órgãos Colegiados